ISSN: 2358-8829

CONSTRUINDO CAMINHOS INCLUSIVOS: O ESTUDO DE CASO COMO FUNDAMENTO DO PEI NA SALA REGULAR E MULTIFUNCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE COM TEA

Maria Aparecida Dantas Bezerra [1]

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige que as instituições escolares reconheçam as singularidades dos estudantes e organizem práticas pedagógicas que favoreçam o acesso ao conhecimento, a participação nas atividades e o desenvolvimento das potencialidades individuais. Nesse contexto, a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um desafio que demanda planejamento, formação continuada, acessibilidade pedagógica e articulação entre os profissionais que participam do processo educativo.

A presença do estudante com TEA na sala de aula regular representa um direito que precisa ser acompanhado de condições concretas para sua aprendizagem. Não basta garantir a matrícula ou a frequência escolar; é necessário construir estratégias que permitam ao estudante participar das experiências educativas, estabelecer interações, desenvolver habilidades e avançar em seu percurso de escolarização. Essa compreensão implica reconhecer que as barreiras à aprendizagem não se encontram exclusivamente no estudante, mas também podem estar presentes nas práticas pedagógicas, na organização dos espaços, nos recursos utilizados e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta a organização de sistemas educacionais capazes de responder às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, promovendo o acesso, a participação e a aprendizagem nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 2008). Na mesma direção, a Lei nº 12.764/2012 reconhece a pessoa com Transtorno do Espectro Autista como

[1]Doutora em Ciência da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, cidaraulinho@hotmail.com;;

pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando-lhe direitos fundamentais, entre eles o acesso à educação (BRASIL, 2012).

Entretanto, a efetivação desses direitos depende de ações pedagógicas intencionais e articuladas. Entre os instrumentos que podem contribuir para esse processo, destaca-se o Plano Educacional Individualizado (PEI), compreendido neste estudo como um instrumento de planejamento que organiza objetivos, estratégias, recursos, formas de acompanhamento e critérios de avaliação de acordo com as necessidades educacionais e as potencialidades de cada estudante.

A elaboração de um PEI consistente exige conhecimento sobre o estudante, sua trajetória escolar, suas formas de comunicação, seus interesses, suas habilidades e as barreiras que encontra nas situações de aprendizagem. Por essa razão, o estudo de caso assume importância como procedimento de investigação pedagógica, pois possibilita reunir informações de diferentes fontes e construir uma compreensão contextualizada do processo educativo.

Nesse sentido, o estudo de caso não deve se limitar à identificação das dificuldades apresentadas pelo estudante. É necessário investigar também aquilo que ele já consegue realizar, as condições em que aprende melhor, os recursos que favorecem sua participação e as intervenções que contribuem para ampliar sua autonomia. Essa perspectiva desloca o olhar de uma compreensão centrada nas limitações para uma análise pedagógica que considera as possibilidades de desenvolvimento e a responsabilidade da escola na eliminação das barreiras à aprendizagem.

A articulação entre a sala regular, a Sala de Recursos Multifuncional e o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) também merece atenção. Embora esses espaços apresentem funções e formas de atuação distintas, sua integração pode favorecer a continuidade das estratégias pedagógicas e o compartilhamento de informações relevantes para o planejamento educacional. Para isso, torna-se necessário fortalecer o diálogo entre os professores, a equipe pedagógica, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as famílias, respeitando as atribuições de cada participante.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 estabelece diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica e orienta sua articulação com o processo educacional desenvolvido nas classes comuns (BRASIL, 2009). Essa

orientação reforça a importância de compreender o AEE como parte de uma organização educacional mais ampla, e não como substituto da escolarização na sala regular.

Rodrigues (2015) afirma que quando a avaliação se pauta na observação e registro do desenvolvimento do aluno e no desempenho obtido por meio das atividades, auxiliam o professor a refletir sobre o processo de aprendizagem do aluno.

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo geral analisar como o estudo de caso pode fundamentar a construção e a efetivação do Plano Educacional Individualizado no contexto da sala regular e da Sala de Recursos Multifuncional, contribuindo para o desenvolvimento de estudantes com TEA. Especificamente, busca compreender como a observação pedagógica pode subsidiar a identificação das necessidades e potencialidades dos estudantes; investigar possibilidades de articulação entre os profissionais envolvidos; e discutir estratégias que favoreçam a aprendizagem, a participação e a autonomia dos estudantes nos diferentes espaços educativos.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de fortalecer práticas inclusivas fundamentadas no conhecimento das características individuais dos estudantes e na organização intencional do trabalho pedagógico. Ao discutir o estudo de caso como fundamento do PEI, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação que aproximem as decisões pedagógicas das experiências reais de aprendizagem.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, com procedimentos de estudo de caso, observações in loco, análise de registros pedagógicos e diálogo com os profissionais envolvidos. O campo de investigação compreende três escolas da rede pública, quatro Salas de Recursos Multifuncionais e o CMAEE, envolvendo professores da sala regular, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e estudantes com TEA, conforme os procedimentos éticos e as autorizações necessárias.

A discussão parte do entendimento de que o estudo de caso pode oferecer subsídios para a elaboração de um PEI mais coerente com as necessidades educacionais dos estudantes. Como contribuição, busca-se sistematizar princípios e estratégias que favoreçam a articulação entre os espaços educativos e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, por buscar compreender práticas, relações e processos pedagógicos relacionados à elaboração e à efetivação do Plano Educacional Individualizado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar o fenômeno educacional em seu contexto, considerando as experiências dos profissionais, as características dos ambientes escolares e as condições em que as práticas inclusivas são desenvolvidas.

A investigação foi conduzida por meio de procedimentos de estudo de caso, compreendido como uma estratégia que possibilita examinar determinado fenômeno em profundidade, considerando suas particularidades e as relações estabelecidas no contexto investigado. A utilização desse procedimento permitirá analisar como as informações produzidas sobre os estudantes podem orientar decisões pedagógicas e contribuir para a construção de planos individualizados.

O campo da pesquisa foi constituído por três escolas da rede pública, contemplando quatro Salas de Recursos Multifuncionais e o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE). A escolha desses espaços está relacionada à possibilidade de compreender diferentes contextos de atendimento e investigar como ocorre a articulação entre a escolarização na sala regular e as ações desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado.

Os participantes previstos incluem professores da sala regular, professores do Atendimento Educacional Especializado e estudantes com TEA. A participação será organizada de acordo com os objetivos da pesquisa, a disponibilidade dos envolvidos, as autorizações institucionais e os procedimentos éticos aplicáveis. Quando necessário, a participação de crianças ou adolescentes dependerá do consentimento dos responsáveis e do assentimento do estudante, conforme sua capacidade de compreensão e as orientações éticas pertinentes.

Para a produção dos dados, utilizamos três estratégias principais: observação in loco, análise de registros pedagógicos e diálogo com os profissionais envolvidos.

A observação in loco buscará identificar aspectos da organização das atividades, das formas de comunicação, da participação dos estudantes, dos recursos pedagógicos utilizados e das estratégias adotadas pelos professores. Também serão consideradas as

condições ambientais que podem favorecer ou dificultar a aprendizagem, como a previsibilidade da rotina, a organização dos materiais, a acessibilidade das propostas e as oportunidades de interação.

A análise dos registros pedagógicos compreendeu documentos pertinentes ao planejamento e ao acompanhamento da aprendizagem, mediante autorização institucional e observância dos princípios de confidencialidade. Serão examinadas informações relacionadas aos objetivos educacionais, às estratégias utilizadas, aos avanços observados e às necessidades de reorganização das intervenções.

O diálogo com os profissionais compreende como as informações sobre os estudantes são compartilhadas, quais critérios orientam a elaboração do PEI e de que maneira as ações da sala regular e da Sala de Recursos Multifuncional são articuladas. Poderão ser utilizados roteiros de perguntas semiestruturadas, desde que adequados aos objetivos da investigação e previamente definidos no planejamento metodológico.

Os dados serão organizados por meio de análise temática, considerando a identificação de informações recorrentes, a construção de categorias analíticas e a interpretação dos registros à luz do referencial teórico. Inicialmente, serão organizados os dados relativos às potencialidades e necessidades educacionais dos estudantes. Em seguida, serão examinadas as estratégias pedagógicas, a articulação entre os profissionais e os procedimentos de acompanhamento da aprendizagem. Por fim, serão analisadas as contribuições e os desafios relacionados à elaboração e à efetivação do PEI.

A interpretação buscará relacionar as informações provenientes das diferentes fontes, evitando conclusões baseadas em registros isolados. A triangulação entre observações, documentos e relatos profissionais poderá contribuir para uma compreensão mais consistente das práticas investigadas.

Dessa forma, o percurso metodológico pretende produzir conhecimentos contextualizados sobre a relação entre o estudo de caso, o planejamento individualizado e a organização das práticas inclusivas, considerando as condições concretas de funcionamento dos espaços investigados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação inclusiva e direito à aprendizagem do estudante com TEA

ISSN: 2358-8829

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da educação como direito de todos e na responsabilidade dos sistemas de ensino de assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem. Essa perspectiva questiona práticas escolares que tratam a diversidade como obstáculo e propõe a reorganização das instituições para acolher diferentes formas de aprender e participar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta a inclusão como um processo que exige transformações na organização dos sistemas educacionais e nas práticas desenvolvidas pelas instituições escolares (BRASIL, 2008). Sob esse entendimento, o estudante não deve ser responsabilizado individualmente pelas dificuldades encontradas em um ambiente que não oferece condições adequadas de participação.

No caso dos estudantes com TEA, a organização pedagógica precisa considerar as particularidades da comunicação, da interação social, do processamento de informações, dos interesses e das respostas aos estímulos ambientais. Essas características não se manifestam da mesma maneira em todas as pessoas, razão pela qual não se deve estabelecer um padrão único de intervenção.

A Lei nº 12.764/2012 assegura direitos às pessoas com TEA e estabelece diretrizes para a proteção de sua dignidade e participação social (BRASIL, 2012). No ambiente escolar, a concretização desses direitos demanda práticas que respeitem as singularidades dos estudantes e ofereçam oportunidades reais de aprendizagem.

É importante reconhecer que a inclusão não se resume à presença física na sala de aula. Um estudante pode estar matriculado e frequentar regularmente a escola sem participar efetivamente das atividades propostas. Por isso, a análise das condições de aprendizagem deve considerar a acessibilidade curricular, as relações interpessoais, os recursos utilizados e as oportunidades de participação.

Nesse processo, o professor exerce papel fundamental ao organizar situações de aprendizagem, diversificar as formas de apresentação dos conteúdos e acompanhar as respostas dos estudantes às intervenções pedagógicas. O planejamento inclusivo exige flexibilidade, observação e avaliação contínua, de modo que as estratégias sejam ajustadas quando não produzirem os resultados esperados.

A perspectiva inclusiva também pressupõe que as potencialidades dos estudantes sejam reconhecidas e incorporadas ao planejamento. Interesses específicos, habilidades visuais, conhecimentos prévios, formas alternativas de comunicação e preferências por

determinados materiais podem constituir pontos de partida para ampliar o envolvimento nas atividades escolares.

Assim, a construção de práticas inclusivas deve partir de uma compreensão contextualizada do estudante, articulando os objetivos curriculares às condições necessárias para que ele participe das experiências educativas.

O estudo de caso como fundamento do planejamento pedagógico

O estudo de caso constitui um procedimento relevante para compreender situações educacionais em profundidade, especialmente quando o objetivo é analisar as relações entre o estudante, as práticas pedagógicas e as condições de aprendizagem. Em vez de produzir conclusões baseadas apenas em impressões gerais, essa abordagem favorece a organização de informações provenientes de diferentes fontes.

No contexto da Educação Especial, o estudo de caso pode contribuir para identificar como o estudante participa das atividades, quais habilidades demonstra, em quais situações necessita de apoio e quais recursos favorecem sua aprendizagem. Sua utilização, entretanto, exige intencionalidade pedagógica e critérios de registro que permitam transformar as observações em informações úteis para o planejamento.

Uma observação isolada nem sempre permite compreender as razões de determinada resposta do estudante. Uma atividade não realizada, por exemplo, pode estar relacionada à dificuldade de compreensão da instrução, à inadequação do material, à presença de estímulos excessivos, ao tempo insuficiente ou à necessidade de outra forma de comunicação. Por isso, é necessário investigar as condições em que a situação ocorreu e verificar se a reorganização da proposta modifica a participação do estudante.

O estudo de caso deve contemplar tanto as dificuldades quanto as potencialidades. Registrar apenas comportamentos considerados inadequados ou atividades não concluídas limita a compreensão das possibilidades de aprendizagem. Em contrapartida, identificar as condições em que o estudante demonstra interesse, iniciativa e compreensão oferece subsídios para a elaboração de estratégias mais coerentes com suas características.

Nesse sentido, o processo investigativo pode envolver a análise da trajetória escolar, a observação de atividades em diferentes contextos, o diálogo com os professores e a família, quando pertinente, e o exame dos registros pedagógicos disponíveis. A combinação dessas informações possibilita construir uma visão mais abrangente das necessidades educacionais.

O estudo de caso também deve evitar interpretações deterministas. Um comportamento observado em determinado momento não deve ser considerado uma característica permanente do estudante. É necessário reconhecer que as respostas podem variar conforme a atividade, o ambiente, a mediação pedagógica, o estado emocional e as condições de comunicação.

A contribuição do estudo de caso para o PEI está, portanto, na produção de informações que fundamentem decisões pedagógicas. Seu valor não se encontra na quantidade de documentos preenchidos, mas na capacidade de orientar objetivos, estratégias e formas de acompanhamento que façam sentido para o estudante.

O Plano Educacional Individualizado e a organização das estratégias de aprendizagem

O Plano Educacional Individualizado é abordado nesta pesquisa como instrumento de planejamento pedagógico que sistematiza objetivos, estratégias, recursos, responsabilidades e procedimentos de avaliação relacionados ao percurso educacional do estudante.

Sua elaboração deve estar vinculada ao currículo escolar e aos objetivos de aprendizagem, evitando a construção de propostas paralelas que reduzam as oportunidades de participação do estudante nas experiências comuns à turma. Individualizar o planejamento não significa limitar o acesso aos conhecimentos, mas identificar as condições e os apoios necessários para favorecer a aprendizagem.

Um PEI consistente precisa apresentar informações claras sobre as habilidades já desenvolvidas, as necessidades educacionais identificadas e os objetivos prioritários. Também deve prever estratégias de ensino, recursos de acessibilidade, formas de comunicação e critérios que permitam acompanhar os avanços.

A definição dos objetivos precisa considerar as condições atuais do estudante e estabelecer metas educacionais possíveis de serem acompanhadas. Objetivos excessivamente genéricos dificultam a avaliação das intervenções. Por outro lado, metas específicas e observáveis permitem identificar progressos e verificar a necessidade de modificar as estratégias utilizadas.

Por exemplo, quando um estudante apresenta dificuldade para acompanhar instruções exclusivamente orais, a equipe pode investigar se o uso de imagens, demonstrações práticas ou sequências visuais favorece sua compreensão. A escolha do

recurso deverá ser orientada pela observação e pela avaliação de sua efetividade, e não pela suposição de que todos os estudantes com TEA respondem da mesma maneira.

O PEI também deve ser entendido como um documento dinâmico. Seu conteúdo precisa ser revisto diante dos avanços observados, das novas necessidades identificadas e das mudanças nas condições de aprendizagem. O acompanhamento periódico permite verificar se as estratégias planejadas estão contribuindo para os objetivos estabelecidos.

A participação dos profissionais envolvidos é essencial para evitar que o planejamento permaneça restrito a um único espaço de atendimento. Quando os objetivos definidos no PEI são conhecidos e discutidos pelos responsáveis pela escolarização, torna-se possível organizar intervenções mais coerentes e acompanhar o desenvolvimento do estudante de maneira integrada.

É importante destacar que a adoção e a regulamentação do PEI podem variar conforme as normas e orientações dos sistemas de ensino. Assim, sua elaboração deve observar as disposições legais e institucionais aplicáveis, articulando o planejamento individualizado às demais medidas de acessibilidade e aos documentos pedagógicos previstos pela rede.

A articulação entre a sala regular, a Sala de Recursos Multifuncional e o CMAEE

A efetivação da educação inclusiva exige cooperação entre os diferentes profissionais e espaços que participam do processo educacional. A sala regular constitui o espaço de escolarização no qual o estudante participa das atividades curriculares e das experiências coletivas de aprendizagem. A Sala de Recursos Multifuncional, por sua vez, oferece condições para a organização do Atendimento Educacional Especializado, de acordo com as necessidades identificadas e as atribuições desse serviço.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 estabelece diretrizes para a organização do AEE e sua articulação com o ensino regular (BRASIL, 2009). Essa articulação pressupõe que as informações produzidas no atendimento especializado contribuam para a identificação de recursos, estratégias e condições de acessibilidade que possam favorecer a participação do estudante na escolarização.

O trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional não deve substituir as atividades curriculares da sala regular. Sua contribuição está relacionada à identificação e à organização de recursos e estratégias que ampliem as condições de participação e aprendizagem, respeitando as atribuições profissionais e as necessidades educacionais de cada estudante.

O CMAEE também pode contribuir para a organização da rede de apoio educacional, conforme suas atribuições institucionais, favorecendo o diálogo entre os profissionais e a sistematização de informações relevantes. Para que essa contribuição se efetive, é necessário estabelecer formas de comunicação que respeitem a confidencialidade dos registros e assegurem que as informações compartilhadas tenham finalidade pedagógica.

A articulação entre os espaços não ocorre automaticamente pela existência de reuniões ou documentos. Ela depende de objetivos comuns, definição de responsabilidades, planejamento conjunto e acompanhamento das ações acordadas.

Quando o professor da sala regular compartilha informações sobre as atividades curriculares, e o professor do AEE contribui com conhecimentos sobre acessibilidade e recursos pedagógicos, a equipe pode analisar de maneira mais ampla as barreiras enfrentadas pelo estudante. Da mesma forma, o retorno sobre a utilização dos recursos na sala regular permite avaliar sua funcionalidade e realizar os ajustes necessários.

A família também pode contribuir com informações sobre interesses, formas de comunicação e estratégias que favorecem a participação do estudante em outros contextos. Essa colaboração deve ser desenvolvida por meio de diálogo respeitoso, sem transferir aos familiares responsabilidades que pertencem à instituição escolar.

Desse modo, a articulação entre os espaços educativos pode fortalecer a continuidade das estratégias e favorecer um planejamento que considere o estudante em sua trajetória escolar, evitando intervenções fragmentadas e desconectadas de suas experiências cotidianas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados permitem destacar quatro aspectos centrais: a necessidade de formação específica para os professores; o processo de construção do PEI com base nas necessidades e habilidades dos estudantes; a existência de diálogo entre os profissionais, ainda com limitações na fluência da comunicação; e os desafios relacionados à parceria entre família e escola e à disponibilidade de recursos pedagógicos. Esses aspectos estão relacionados entre si.

A formação continuada pode contribuir para qualificar a elaboração do PEI, enquanto o planejamento individualizado pode oferecer maior clareza aos objetivos e às

estratégias de ensino. A articulação entre os profissionais, por sua vez, pode favorecer o acompanhamento das ações e a continuidade das intervenções nos diferentes espaços educativos.

A pesquisa também evidencia a importância de reconhecer o PEI como um processo pedagógico contínuo, e não apenas como um documento. Sua construção precisa partir de informações consistentes sobre o estudante e resultar em decisões que possam ser observadas no cotidiano escolar. Para isso, o estudo de caso pode contribuir ao organizar informações sobre potencialidades, necessidades educacionais e barreiras à participação. Outro aspecto relevante é a necessidade de fortalecer a colaboração entre a escola e a família, bem como de ampliar as condições institucionais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. A inclusão não depende exclusivamente da iniciativa de um professor, mas da atuação articulada dos profissionais e da organização de recursos, tempos e oportunidades de formação.

Conclui-se, a partir dos aspectos identificados, que a construção de caminhos inclusivos requer o fortalecimento do planejamento individualizado, a valorização das habilidades dos estudantes e a criação de condições para que os profissionais desenvolvam suas práticas com maior segurança pedagógica. Nesse processo, o estudo de caso pode funcionar como fundamento para a elaboração e a revisão do PEI, desde que as informações coletadas sejam efetivamente utilizadas para orientar as decisões educacionais.

Os resultados reforçam, portanto, a importância de investir na formação continuada, no planejamento colaborativo, na disponibilização de recursos pedagógicos e na aproximação entre família e escola. Essas ações podem contribuir para superar barreiras presentes no cotidiano escolar e ampliar as oportunidades de aprendizagem, participação e autonomia dos estudantes com TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste estudo evidencia a relevância de compreender o estudo de caso como fundamento para a construção de um planejamento educacional individualizado comprometido com a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

A elaboração do PEI requer informações que ultrapassem a identificação das dificuldades. É necessário conhecer as habilidades desenvolvidas, os interesses, as formas de comunicação, as condições que favorecem a participação e as barreiras presentes no cotidiano escolar. Essa compreensão possibilita organizar objetivos educacionais mais coerentes com as necessidades e as potencialidades de cada estudante.

O estudo de caso pode contribuir para esse processo ao reunir informações provenientes da observação pedagógica, dos registros escolares e do diálogo entre os profissionais envolvidos. Entretanto, sua efetividade depende da qualidade das informações produzidas e de sua utilização para orientar decisões concretas de planejamento, intervenção e avaliação.

A articulação entre a sala regular, a Sala de Recursos Multifuncional e o CMAEE constitui outro aspecto importante para a organização das práticas inclusivas. A colaboração entre os profissionais pode favorecer a continuidade das estratégias, ampliar a compreensão das necessidades educacionais e fortalecer a responsabilidade compartilhada pelo processo de escolarização.

Ressalta-se, ainda, que o PEI precisa ser compreendido como instrumento dinâmico, sujeito a revisões conforme os avanços observados e as necessidades identificadas. Seu valor pedagógico está relacionado à capacidade de orientar intervenções, acompanhar o desenvolvimento e ampliar as oportunidades de participação do estudante nas atividades escolares.

Como contribuição para a prática educacional, o estudo propõe que o planejamento individualizado seja acompanhado por registros objetivos, metas educacionais claras, estratégias acessíveis e momentos de avaliação colaborativa. Essa organização pode auxiliar os profissionais a identificar barreiras e construir respostas pedagógicas fundamentadas nas evidências produzidas no cotidiano escolar.

Reconhece-se, contudo, que as considerações apresentadas possuem caráter teórico e preliminar, uma vez que as conclusões empíricas dependem da realização e da análise da pesquisa de campo. Após a coleta de dados, será necessário verificar quais aspectos discutidos se confirmam nos contextos investigados, quais desafios se destacam e quais possibilidades de intervenção são apontadas pelos participantes.

Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre a formação dos professores para a elaboração do PEI, as condições institucionais para o planejamento colaborativo e os procedimentos de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes

com TEA. Também se considera importante investigar como as estratégias definidas no estudo de caso são incorporadas ao currículo e avaliadas ao longo do percurso escolar. Conclui-se, em termos teórico-metodológicos, que a construção de caminhos inclusivos exige compromisso institucional, conhecimento pedagógico e respeito às singularidades dos estudantes. O estudo de caso, quando articulado a um planejamento individualizado e a práticas colaborativas, pode constituir um importante instrumento para orientar ações educacionais mais acessíveis, participativas e comprometidas com o direito de aprender. PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Plano Educacional Individualizado. Estudo de caso. Transtorno do Espectro Autista. Sala de Recursos Multifuncional.

Palavras-chave: Educação inclusiva, PEI, Estudo de caso, TEA, Sala de Recursos Multifuncional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

RODRIGUES, [prenome e demais dados bibliográficos a confirmar]. Obra citada no texto inicial da pesquisa sobre avaliação, observação e registro do desenvolvimento do estudante, 2015.